



ANAIS

**X Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

IX Colóquio Nacional Cultura e Poder

**VIII Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

V Simpósio Regional da ABHR/Sul

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2023

**GT - 12 Arte e religião: desafios teórico-práticos
antropológicos**

ARTE E AGÊNCIA RELIGIOSA: PODE O MANTO TUPINAMBÁ

FALAR?

Giulia Villa Alves (UFMS)¹; Tays Mirian Oliveira Almeida (UFMS)²; Maria Raquel da Cruz Duran (UFMS)³

Resumo: Pensar sobre os museus e a arte é se aproximar de temas muito presentes na antropologia, como a alteridade já que é nos gabinetes de curiosidades, que se reúnem objetos etnográficos, onde podemos dar o início do que entendemos hoje enquanto museus etnográficos. Se ainda hoje a dimensão dos museus e das artes é marcada por etnocentrismos e relações desiguais de poder, mesmo com políticas que trabalham em prol de modificações frente a esse contexto, a gênese das coleções etnográficas foi marcada por questões hoje tidas como passíveis da tecitura das mais variadas críticas. Por isso, a partir de dois momentos de encontro entre museus e objetos cerimoniais ou religiosos (ritual e funerário, respectivamente), um com o manto tupinambá e outro com o corpo de uma criança indígena, realizaremos uma reflexão antropológica sobre os usos, os dilemas e as novas propostas que os museus têm produzido sobre tais coisas, antes nomeadas objetos etnográficos. Para tal, foram realizadas discussões sobre museus e coisas, tanto a partir do arcabouço teórico desenvolvido pelo Grupo de Estudos Antropologias dos Museus e das Artes (GAMA) da UFMS/Campo Grande, do qual somos bolsistas, quanto de leituras específicas à temática aqui proposta. Com isso, pretendemos apresentar uma discussão que demonstre as múltiplas facetas museológicas no tratar de suas coleções etnográficas, citando o exemplo do campo religioso.

Palavras-Chaves: Antropologia da arte. Objetos etnográficos. Museus Etnográficos. Manto Tupinambá.

INTRODUÇÃO

Antropologia e museus etnográficos: Um breve panorama

A relação que a antropologia tem com a arte é muito estreita e antiga (ABREU, 2008), mesmo que a princípio o que era objeto da disciplina não fosse entendido enquanto arte e sim artefatos etnográficos. Enquanto artefatos, esses objetos eram recolhidos com intenções de serem incorporados a extensas coleções, num esforço simultâneo de “preservação cultural” e catalogação de diferentes produções humanas, posicionamento condizente ao passo que a corrente antropológica vigente - o evolucionismo - baseava-se no estudo comparativo das produções humanas como maneira de produzir hierarquias entre os analisados. No decorrer do

¹ Graduanda de Ciências Sociais, UFMS.

² Graduanda de Ciências Sociais, UFMS.

³ Doutora em Antropologia Social PPGAS-USP (2017). Docente permanente no curso de pós-graduação em Antropologia Social PPGAS-UFMS e da Faculdade de Ciências Humanas FACH-UFMS.

E-mail de contato: raquel.duran@ufms.br

artigo procuraremos abordar as implicações entre o tomar do objeto artístico civilizado como verdadeiro e outros enquanto apêndices do primeiro, paradigma notadamente evolucionista.

Para além do colecionismo, eles despertavam sentimentos de curiosidade que impulsionaram as reflexões sobre as diferenças e as capacidades humanas, qual é o todo do que pode ser produzido culturalmente? E o que sustenta essas diferenças? Esses objetos, ícones, teriam muito a dizer sobre a sofisticação ou primitividade de seus produtores. Para os fins deste trabalho, partiremos de um posicionamento religioso dentro da antropologia da arte, tomando como referência o brilhante trabalho com a iconografia - marcadamente colocada em uma posição de infantilidade através de um processo sócio histórico que não será trabalhado em extensão - de Alfred Gell,

Regina Abreu (2008) contribui muito a esse debate ao trazer um pouco do percurso historiográfico dos museus, apontando no movimento iluminista e no crescente universalismo da ciência a criação de um modelo museológico que é presente até hoje, onde há uma separação assimétrica entre pesquisador e pesquisado, autoridade e objeto. O conhecimento sobre os objetos expostos é produzido a partir de uma visão da ciência que profere suas verdades sobre eles, servindo também uma função pedagógica. O iluminismo não cria apenas um tipo de museu, mas funda também um tipo de objeto, que racionalmente é tido como inanimado e desprovido de vida.

Ainda segundo Abreu 2008, a antropologia segue os passos positivistas do positivismo e afirmando que “Para a Antropologia em seus primórdios, estudar povos exóticos, pouco conhecidos, implicava em formar coleções de estudo.

Os primeiros antropólogos dedicaram-se a colecionar as culturas que estudavam, como observou James Clifford, pois os objetos retirados de seus contextos de origem representavam as provas vivas e materiais da existência de culturas distantes e pouco conhecidas que passavam a constituir o objeto de estudo dos antropólogos. (ABREU, 2008, p. 123.)

Recolher esse material seria, portanto, crucial para o estudo e a produção de conhecimento antropológico, e, não obstante para a conservação material de culturas que estariam inexoravelmente fadadas ao desaparecimento.

Há uma série de problemáticas envolvidas no que podemos chamar de museologia clássica, desde o processo de formação dos acervos, a natureza da obtenção das coisas de outros povos é obscura e em sua maioria violenta, sendo o acervo de muitos museus compostos de espólios, como por exemplo o do Museu do Homem, indo até o modo como são

expostas tais obras, passando pela falta de diálogo com os atores que produzem aquilo que é apresentado a um público e todas as implicações disso. Mas para pensarmos em religião e agência dos objetos, e onde se inserem os museus nessa narrativa, é preciso pensarmos numa dimensão ontológica dessa questão, pensando uma outra vez a própria ideia de arte e objeto, e suas multiplicidades.

Outra sessão do artigo

Poderia um manto falar? É a pergunta que incita esse artigo, o manto em questão sendo a indumentária Tupinambá, que foi devolvida ao Brasil, aos Tupinambás em 2024 após uma longa estadia no Nationalmuseet em Copenhagen. Em entrevista ao G1, sobre o retorno do manto ao Brasil que estava sob a posse da Dinamarca, Glicéria Tupinambá relata sobre seu encontro com o primeiro manto que teve contato, na França, ela queria escutar o manto e diz que:

O manto fala comigo. A gente tem uma relação ancestral. Sei que para quem passou a vida inteira ouvindo que objetos não falam, eu pareço uma pessoa louca. Mas eu venho de um contexto de aldeia, e a gente entende que os objetos não são simplesmente objetos, ainda mais quando se tratam de vestimentas usadas no ambiente religioso. (Seta, p.10, 2023)

Por meio da fala de Glicéria, podemos apontar a indumentária enquanto um objeto dadivoso, como proposto por Strathern, 2006, um objeto que é pessoa, a dádiva é o objeto que é pessoa, um mediador de relações sociais. Então:

O que precisamos realmente é prestar atenção ao fato de que são as capacidades das relações, não os atributos das coisas, que constituem o foco dessas operações, E, como já encontramos a proposição de que pessoas e coisas têm a forma social de pessoas, sabemos em que forma a objetificação das relações aparece, assim, nas transações das pessoas entre si. As objetificação realizam-se em pessoas. (Strathern, Marilyn p.263, 2006)

O manto, sendo um objeto dadivoso, possui diferentes dimensões para além da de objeto inanimado, capaz de firmar e mediar relações em diferentes âmbitos sociais, o religioso é apenas um deles. Dentro de uma ontologia que pressupõe uma distinção entre sujeito e objeto, o primeiro possuidor de agência social e o último estático e não possuidor dessas mesas agência, a ideia de um objeto possuir vida é produtora de um estranhamento. No entanto, o manto para além de ser utilizado como veste, um objeto de vestuário e ser visto enquanto um objeto artístico, é parte dos Tupinambá, é um índice, “[...] um índice envolve postular uma relação

substitutiva parte-todo (ou parte-parte)” coisa que se verifica na fala de Amotara, indígena Tupinambá.

Ampliar a noção de vida, para além da biológica, é crucial para se pensar a coisa dadivosa e juntamente sua agência, a animação não se dá apenas pela coisa por si só “[...] o objeto é animado não porque lhe atribuímos vida biológica, mas subjetividade/intencionalidade” Mais do que indagar sobre a capacidade vocal da peça é necessário perguntar sobre uma capacidade auditiva: quem pode ouvir o manto? Esse posicionamento, de tomar enquanto pessoas o que seriam objetos, é visto ainda como uma forma de irracionalidade, atraso, então pensar em um manto tupinambá falando seria uma crença infundada e, portanto, imaginativa, não se verificando na realidade. Porém:

A partir do momento em que apreendemos os índices figurativos - os ídolos - com outros seres sociais, como repositórios de agência e sensibilidade, surge a questão das crenças e das práticas “aparentemente irracionais”. É decerto irracional, ou no mínimo estranho, tratar uma mera escultura como um ser humano vivo - banhá-la, vesti-la, falar com ela, oferecer-lhe comida etc. Assim, aqueles que seguem tais práticas têm tanta consciência quando nós da “estranheza” de seu comportamento” GELL, 2018 pg 191

Em entrevista ao G1, sobre o retorno do manto ao Brasil que estava sob a posse da Dinamarca, Glicéria Tupinambá relata sobre seu encontro com o primeiro manto que teve contato, na França. Ela queria escutar o manto e diz que "O manto fala comigo. A gente tem uma relação ancestral" continuando que "Sei que para quem passou a vida inteira ouvindo que objetos não falam, eu pareço uma pessoa louca. Mas eu venho de um contexto de aldeia, e a gente entende que os objetos não são simplesmente objetos, ainda mais quando se tratam de vestimentas usadas no ambiente religioso". Portanto, “Não é que os sacerdotes não possam distinguir troncos de pedras e pessoas; no entanto, eles sustentam que, em certos contextos, os troncos e as pedras possuem propriedades atípicas, ocultas, ignoradas por pessoas desprovidas de instrução religiosa [...]” (GELL, 2018, p. 191). Ou seja, mesmo que o manto não pareça se manifestar propriamente como um ídolo, hoje ele posa como objeto crucial para o resgate de uma cultura. Para que o manto possa falar é necessário haver alguém que o escute e acredite em suas qualidades vivas, tendo confiança na efetividade delas.

Tendo em vista as dimensões do que é uma coisa, desses objetos-pessoa, é insustentável a ainda presente configuração dos museus e como é tratada a arte e os artefatos de povos não ocidentais. Muitos dos objetos dados como belos, e assim dentro do esteticismo ocidental, possuem propriedades anteriores à arte, incluídos num regime religioso, social e,

hoje, político. Se existe um cuidado na exibição dos objetos de culto da arte ocidental, obras de grandes e influentes pintores, reverenciadas em toda sua imponência, onde alinham-se o desejo do artista e agência da obra, é necessário repensar e transformar como se tratam de produtos culturais não ocidentais, já que eles firmam relações com os humanos diferentes das que são firmadas ocidentalmente, podendo haver também um processo semelhante, onde essa coisa possa se manifestar em sua plena potência.

Pensando a configuração ainda presente nos museus e como se dá o trato com a arte e os artefatos de povos não-ocidentais, o autor Kopenawa, 2010, discorre em seu texto exemplificando esse trato. Kopenawa narra suas visitas às grandes cidades de seus amigos brancos, entre os lugares visitados, cita o impacto sentido por ele no momento em que visitou uma grande casa onde os brancos guardavam trancados os rastros de ancestrais dos habitantes da floresta que se foram há muito tempo atrás.

A casa que Kopenawa se refere trata-se do que comumente é chamado de museu, nesse museu havia grandes quantidades de: cerâmicas, cabaças, cestos, arcos e flechas e vários outros artefatos que pertenceram à grandes xamãs que morreram há muito tempo atrás. O autor afirma que:

As imagens desses antepassados foram capturadas ao mesmo tempo que esses objetos foram roubados pelos brancos, em suas guerras. Por isso digo que são posses dos espíritos. No entanto, as imagens desses ancestrais, retidas há tanto tempo nessas casas distantes, não podem mais vir até nós para dançar. Não somos mais capazes de fazer ouvir suas palavras na floresta, pois seus caminhos até nós foram cortados há tempo demais. (KOPENAWA. 2010. P.6)

O autor ressalta o quanto trancar esses artefatos é desrespeitoso e prejudicial aos xamãs que os produziram e ao povo a quem eles pertenciam. Não são apenas objetos sem significado e inanimados, ele levanta um grande contraponto a essa crença imposta e aos povos originários quando tratados dessa forma, dizendo que trancando e deixando longe assim os artefatos de seu povo, prende-se também todo o conhecimento e os espíritos de seus ancestrais que estão no artefato.

Kopenawa afirma que os brancos não deveriam tratar dessa forma, com tamanho desrespeito e após ver todas aquelas coisas expostas de tal forma, questiona-se o colecionamento feito dos artefatos de seu povo Yanomami, não teria o mesmo fim, pelos brancos acreditarem que eles também estão prestes a desaparecer (Kopenawa, 2010).

Essa forma de colecionamento e exposição repleta de etnocentrismo e ideias como o salvacionismo, a curiosidade pelo outro sem um determinado cuidado e respeito para com a

sua cultura é ainda demonstrada e perpetuada pelos museus e exposta por Kopenawa em seu texto.

No entanto, o autor deixa claro que não é contrário aos museus, à ideia de ter as imagens e artefatos que tragam visibilidade a existência do seu povo, a fim de explicar aos povos diferentes como eles vivem e assim contribuir para a proteção da floresta (Kopenawa, 2010).

Entretanto, a falta de tato e cuidado para com os objetos, sobretudo os religiosos, que carregam em si para os povos indígenas significados ainda mais profundos e imprescindíveis em sua cultura e cosmologia, como os que o autor relata em seu texto, é infelizmente recorrente na história dos museus.

Os artefatos não-ocidentais muitas vezes possuem em si a capacidade de comportar muitas formas e aspectos, podendo ser interpretadas de forma errônea ou incompleta por aqueles que não fazem parte do seu contexto de origem, correndo o risco de ser apresentada de forma desrespeitosa e que não contemple o caráter religioso que o objeto cumpre para o seu povo.

As instituições museológicas deram-se com os gabinetes de curiosidades e caminhando lado a lado a antropologia, ambas foram movidas por muito tempo por etnocentrismos, pensamentos salvacionistas e evolucionistas. O raciocínio das instituições museológicas e as coleções etnográficas, seguiam o mesmo percurso.

Percurso esse que não cumpre com o papel de por meio do uso de suas ferramentas, disseminar o entendimento de que a humanidade tem as suas diferenças e particularidades que nada mais são do que expressões variadas de uma mesma unidade: a unidade humana. E que por meio desse entendimento, as pessoas aprenderiam a respeitar, enxergar e admirar as diferenças entre diferentes culturas e povos, que possuem diferentes crenças e diferentes formas de se viver e se expressar (Abreu, 1992).

O papel pensado para as instituições museológicas leva em consideração o respeito para com os objetos religiosos e toda a cultura do outro, tendo como um de seus mantras: os museus como lugares de trocas e de reconhecimento da igualdade nas diferenças, visando uma melhor relação com o outro, pautada no conhecimento científico e na colaboração, entre as instituições e os povos que ali serão apresentados e representados (Abreu, 1992).

Tendo em vista o trato ainda perpetuado pelas instituições e a necessidade de ser alterada, novas ideias têm surgido, se estabelecido, que alteram as formas de se tratar os artefatos não-ocidentais e possibilitam novos horizontes para as instituições e para a relação

entre elas e os povos indígenas. Uma dessas novas formas de se organizar as coleções etnográficas e os museus têm sido as ações colaborativas, que por meio delas, permitem também as restituições dos museus para os povos indígenas que tiveram artefatos recolhidos e expostos de maneiras desrespeitosas em algum âmbito.

As ações colaborativas baseiam-se na ideia de tornar o outro presente e participante do processo museológico, o falar do outro é substituído por auto representação e construção de si. Tornando-o parte de todo o processo, desde a escolha dos objetos da coleção etnográfica até a forma que ela será exposta no museu. Reconfigura-se as práticas nos museus e impacta diretamente a relação entre antropólogos e povos indígenas, o pesquisador torna-se então o intermediário que facilita a formação de pesquisadores indígenas para que seja assumido por eles com protagonismo a produção de conhecimento sobre o seu próprio patrimônio cultural.

Por isso a ação colaborativa, participativa, traz em si imensa importância, porque quando temos o outro falando e decidindo em conjunto com os pesquisadores, antropólogos e a instituição museológica, temos uma garantia maior de que os artefatos serão expostos de forma que expresse os significados que representa para o seu povo pertencente e que seja exposto de forma respeitosa para com os seus significados próprios, que não vá trazer mais tristezas e dificuldades para esse povo.

Os museus que adotam ações colaborativas, visam engajar os povos indígenas em um diálogo com sua cultura material, o museu torna-se então um lugar de diálogo, de troca e de negociação, onde torna-se possível inclusive as restituições já citadas, entre as instituições museológicas para com os povos indígenas que em outro momento foram desrespeitados e tratados de forma indevida.

As instituições museológicas e a Antropologia da arte, pensam através das ações colaborativas, tornar de fato os museus e as coleções etnográficas, lugares de visibilidade e presença do outro. Fazendo da função museológica uma forma de não permitir que o outro seja apagado e esquecido, e sim exposto, olhado e estudado de forma respeitosa (Abreu, 2001), usando as ferramentas que ambas áreas fornecem.

CONCLUSÃO

Portanto, as ações colaborativas possibilitam os objetos religiosos serem tratados de formas diferentes nas instituições museológicas. Abrindo espaços para a comunicação e diálogo com o outro e com os objetos que representam as suas crenças, cosmologia e toda a sua

cultura. Um dos grandes exemplos que temos de museus que romperam com os paradigmas antes estabelecidos, é o Museu Máguta. O Museu Máguta foi o primeiro museu feito inteiramente pelo próprio povo indígena que seria por ele representado, os Ticuna. Localiza-se em Benjamin Constant, interior do Amazonas, foi criado na confluência de um diálogo entre Indígenas Ticuna e antropólogos.

Através de uma iniciativa de líderes Ticuna com a finalidade de autoafirmação da identidade indígena Ticuna e outrora a iniciativa de um diálogo com a comunidade local, visando proteção e afirmação dos Direitos originários sobre seus territórios, pensou-se na criação do museu, um museu que fosse feito por eles e que falasse em primeira pessoa, sobre eles.

A coleção etnográfica apresentada no museu Máguta foi feita por Ticuna, que através de sua produção entraram em contato com muitos artefatos que já não eram produzidos com tamanha frequência e puderam se reconectar com os artefatos de sua cultura.

Portanto, é clara a importância e a ampla possibilidade de mudança na forma de tratar os artefatos de povos não-ocidentais quando temos ações colaborativas estabelecidas e novas dinâmicas fomentadas nas relações que envolvem as instituições museológicas e os povos indígenas.

Retomando acerca do manto Tupinambá, pode o manto falar? Conforme o exposto, conclui-se que ele pode sim e fala, entretanto, sua agência é feita a partir de uma dependência de haver quem o escute e quem o compreenda. E quando ocorre o encarceramento desse objeto, ele de fato não fala por estar muito longe daqueles que o compreendem e podem lhe escutar.

REFERÊNCIAS

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SETA, Isabel. **Raríssimo manto tupinambá que está na Dinamarca será devolvido ao Brasil; peça vai ficar no Museu Nacional**. G1 Portal de notícias da Globo, 28 jun. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2023/06/28/rarissimo-manto-tupinamba-que-esta-na-dinamarca-sera-devolvido-ao-brasil-peca-vai-ficar-no-museu-nacional.ghtml>>. Acesso em: 09 out. 2023.

ABREU, R.M. **Tal antropologia qual museu?** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, v S7, p.121-143, 2008.1

VELTHEM, Lucia Hussak Van. **O objeto etnográfico é irreduzível ? Pistas sobre novos sentidos e análises**. Belém, 2012.

